



A Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, simplifica a comprovação de certas informações perante a [administração pública](#), permitindo que o cidadão ateste fatos sobre si mesmo através de uma declaração simples, que é presumida como verdadeira. Este guia prático detalha como e quando utilizar esse recurso.

Neste artigo, você verá:



- [O que é a Declaração de Próprio Punho?](#)
- [Quando a Declaração Pode Ser Usada?](#)
- [Requisitos essenciais da Declaração](#)
- [Consequências da Declaração Falsa](#)

## O que é a Declaração de Próprio Punho?

É um documento assinado pelo próprio interessado (ou seu procurador legal) para fazer prova de fatos específicos. A principal vantagem é que ela substitui a necessidade de outros documentos ou atestados, agilizando processos.

## Quando a Declaração Pode Ser Usada?

A lei especifica as situações em que a declaração é válida. Elas estão detalhadas na tabela abaixo:

<b>Finalidade da Prova</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte Legal</b>
<b>Prova de Vida</b>	Comprovar que a pessoa está viva, comum em processos de recadastramento de aposentados e pensionistas.	Art. 1º
<b>Residência</b>	Atestar o endereço onde a pessoa mora.	Art. 1º
<b>Pobreza</b>	Declarar insuficiência de recursos financeiros, geralmente para solicitar benefícios sociais ou isenção de taxas.	Art. 1º
<b>Dependência Econômica</b>	Afirmar que uma pessoa depende financeiramente de outra.	Art. 1º
<b>Homonímia</b>	Esclarecer que o declarante é uma pessoa distinta de outra com o mesmo nome (homônimo).	Art. 1º



**Bons Antecedentes** Declarar que não possui registros que desabonem sua conduta. Art. 1º

**Atenção:** Esta presunção de veracidade **não se aplica** para fins de prova em processos penais.

### Requisitos essenciais da Declaração

Para que a declaração seja válida, ela deve seguir duas regras fundamentais:

1. **Ser firmada “sob as penas da Lei”:** O documento deve conter essa expressão, indicando que o declarante está ciente das consequências legais em caso de falsidade.
2. **Menção expressa à responsabilidade:** A declaração precisa mencionar explicitamente a responsabilidade do declarante sobre a veracidade das informações prestadas.

### Consequências da Declaração Falsa

A lei confere um voto de confiança ao cidadão, mas estabelece punições severas para quem age de má-fé.

- **Comprovação de Falsidade:** Se for provado que o conteúdo da declaração é falso, o declarante estará sujeito a sanções em três esferas:
  - **Civis:** Como a obrigação de reparar danos materiais ou morais.
  - **Administrativas:** Como a perda de um benefício ou a anulação do [ato administrativo](#) baseado na declaração.
  - **Criminais:** A apresentação de declaração falsa é crime previsto no Código Penal, com pena de reclusão e multa.